



SEMI GALO DESDE 1881
PASTIFÍCIO SELMI S.A. | CNPJ Nº 46.025.722/0001-00

Relatório da Diretoria
 Sumaré, 30 de março de 2021

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. A Diretoria

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Balanço patrimonial			Demonstração do resultado			Demonstração do fluxo de caixa		
	Nota	2020	2019	Nota	2020	2019	Nota	2020	2019
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	4	96.795	28.566						
Contas a receber de clientes	5	108.941	100.212						
Estoque	6	69.344	47.900						
Partes relacionadas	7	34.174	49.278						
Tributos a recuperar	8	33.050	51.904						
Outros créditos		2.488	2.352						
		344.792	280.212						
Não circulante									
Depósitos judiciais	15	1.195	1.429						
Tributos a recuperar	8	1.587	12.895						
Partes relacionadas	7	-	34.569						
Investimento		3.375	2.776						
Imobilizado	9	278.938	271.528						
Intangível		9.313	-						
		294.408	323.197						
Total do ativo		639.200	603.409						
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante									
Fornecedores	10	87.510	76.170						
Empréstimos e financiamentos	11	79.300	91.865						
Salários e encargos sociais	12	20.797	16.618						
Tributos a recolher	13	4.053	16.989						
Dividendos a pagar	14	3.674	9.002						
Outros passivos		17.007	15.723						
		212.341	226.367						
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	11	169.550	135.264						
Provisões para processos judiciais	15	10.911	10.484						
Tributos a recolher	13	625	1.010						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	18.835	18.613						
Outros passivos		276	691						
		200.197	166.062						
Total do passivo		412.538	392.429						
Patrimônio líquido	17								
Capital social		81.423	81.423						
Reserva de capital		262	262						
Ajustes de avaliação patrimonial		27.565	28.499						
Reserva de lucros		117.412	100.796						
Total do patrimônio líquido		226.662	210.980						
Total do passivo e do patrimônio líquido		639.200	603.409						
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Destinação de lucros de exercícios anteriores	81.423	262	16.285	-	31.682	18.089	147.741
Constituição de reserva de Incentivo	-	-	-	5.146	-	-	5.146
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	-	(15.250)	57.817	-	(1.066)	1.066	(42.567)
Complemento resultado exercício anterior	-	-	-	-	(2.117)	-	(2.117)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	94.710	94.710
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(26.984)	(26.984)
Em 31 de dezembro de 2019	81.423	262	1.035	62.963	28.499	36.798	210.980
Destinação de lucros de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(36.798)	(36.798)
Constituição de reserva de incentivo	-	-	-	32.050	-	-	32.050
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	-	-	-	-	(933)	933	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	96.980	96.980
Dividendos	-	-	-	-	-	(35.609)	(35.609)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(8.891)	(8.891)
Em 31 de dezembro de 2020	81.423	262	1.035	95.013	27.566	21.363	226.662
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O Pastifício Selmi S.A. ("Companhia") tem como atividades preponderantes a industrialização e a comercialização de produtos alimentícios, destacadamente massas, biscoitos, azeite, queijo, outros derivados de leite. Possui instalações industriais nas cidades de Sumaré - SP e Rolândia - PR, sendo a primeira a sede da Companhia. **Efeito da Covid-19 nas demonstrações financeiras:** A Companhia vem adotando medidas de prevenção e contenção à Covid-19, seguindo as recomendações de autoridades de saúde. A partir de fevereiro de 2020 intensificamos nossos procedimentos de precaução, orientação, divulgação de informações, e iniciamos processo de implementação de medidas conservadoras com o objetivo de evitar, dentro do possível, a disseminação da doença junto a colaboradores e familiares. Essas medidas têm importância quando o governo do Brasil, através do Decreto 10.287/20 de 20 de março de 2020 declarou o setor alimentício como atividade essencial (produção de alimento, combustível, energia e insumos para essas atividades e serviços de saúde). Com base nas informações disponíveis até a data de emissão destas demonstrações financeiras a administração da Companhia avaliou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a sua capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de avaliação, à qual a Empresa espera ter direito em troca dos produtos. **b) Modos funcionais da base de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pela Companhia pela taxa de moeda funcional vigente na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para moeda Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de conversão na data inicial da transação. **c) Instrumentos financeiros:** **i) Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao custo amortizado e ao custo histórico. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em vigor. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Os ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros ativos e depósitos judiciais. Caixa e equivalentes de caixa incluem a caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis em 90 dias a partir de sua emissão, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor. Contas a receber de clientes referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Créditos com prazo de um ano ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, não transferiu em controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo titular. As perdas de crédito esperadas são baseadas na exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia estabelece uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável das contas a receber de clientes são também fornecidas na nota explicativa 5. **ii) Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, financiamentos com terceiros e partes

relacionadas. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. Para mais informações, vide nota 11. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.3. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos com matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal do negócio, deduzidos dos custos estimados de conclusão dos produtos e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para obsolescência é contabilizada levando-se em conta parâmetros predefinidos que consideram o prazo de permanência dos itens em estoque. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.4. Imobilizado:** Terrenos e edificações e benfeitorias compreendem principalmente as fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para CPCs, como mencionado na Nota 2.1. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos com um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos e baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Custos de melhorias que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue.

	Anos	
	2020	2019
Edificações e benfeitorias	25-26	25-26
Máquinas e equipamentos	10-21	10-21
Veículos	5-20	5-20
Móveis e utensílios	10-19	10-19

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.6). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, sob o título de ganhos e perdas de alienação". **2.5. Intangível:** **a) Ativos intangíveis:** São adquiridos pela Companhia e possuem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A marca registrada no ativo intangível da Companhia possui vida útil indefinida, portanto não é possível determinar sua amortização, sendo submetida a teste anual para análise de eventual perda do seu valor recuperável. **2.6. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável no último dia 31 de dezembro. O teste é executado em nível de ativo menos o custo de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor justo estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. **2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidas no resultado. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelecem provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. **2.9. Tributos a recolher:** Os tributos a recolher são reconhecidos na extensão em que se provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **2.9. Classificação corrente versus não corrente:** Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais passivos são classificados no não circulante. Os ativos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante. **2.10. Outros ativos e passivos:** Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor de custo. **2.11. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida com um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, ou quando são aprovadas para distribuição antecipada, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas controladores. **2.12. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigor durante 2020:** Os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não geraram alterações significativas nas demonstrações financeiras em relação aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior apresentadas para fins de comparabilidade. **2.13. Pronunciamentos em andamento:** A Administração acompanha as alterações em normas contábeis, novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar as respectivas normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 6 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetam sua classificação. As alterações não são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos existentes podem exigir renegociação.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante no

Modalidade	Taxa	Indexador	2020		2019	
			2020	2019	2020	2019
Certificado de recebíveis	-	-	73.271	67.917	14.239	8.253
do Agronegócio - (CRA)	2,25% a.a.	CDI	87.510	76.170	87.510	76.170
Nota de Crédito	-	-	-	-	-	-
Exportação - NCE	2,25% a 3,5% a.a.	CDI	15.141	45.562	15.141	45.562
Financiamento de máquinas e equipamentos - FINAME e FINEM	2,5% a 7,0% a.a.	Pré	11.516	20.250	11.516	20.250
Outros	2,70% a 3,00% a.a.	CDI	120.963	8.129	248.850	227.129
Total			248.850	227.129	248.850	227.129
Circulante			79.300	91.865	79.300	91.865
Não circulante			169.550	135.264	169.550	135.264

A Companhia possui obrigação contratual com a manutenção de indicadores financeiros devido ao encerramento do exercício societário, além de covenants não financeiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia está adimplente com essas obrigações, portanto não a necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras. Os montantes dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019
2021	64.225	60.084	31.063	30.463
2022	3.005	10.935	5.442	-
2023	80.000	-	80.000	-
Após 2024	169.550	135.264	169.550	135.264

Os empréstimos e financiamentos são garantidos pelos próprios bens financiados, por conta a receber de clientes e por avais dos acionistas da Companhia. **Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA):** No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia realizou uma captação de recursos via mercado de capitais, através de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA, através da ARES Serviços Imobiliários Ltda., na qualidade de subscritora das debêntures e da Apice Securitizadora S.A. na qualidade de interveniente anuente. A operação, no montante de R\$ 150.000, possui renegociação de CDI +2,25% a.a. e prazo final de vencimento em 14 de setembro de 2022. **Movimentação dos empréstimos e financiamentos:** A tabela a seguir demonstra as movimentações e captações durante o exercício:

	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019



Renata

PASTIFÍCIO SELMI S.A. | CNPJ Nº 46.025.722/0001-00



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Table with 3 columns: Description, 2020, 2019. Rows include Despesas com aluguel, Serviços de telecomunicação, Despesas tributárias, etc.

20. Resultado financeiro

Table with 3 columns: Description, 2020, 2019. Rows include Despesas financeiras, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Taxas e comissões bancárias, etc.

21. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo) e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Table with 3 columns: Description, 2020, 2019. Rows include Ativo circulante, Contas a receber de clientes, Passivo circulante, Fornecedores, etc.

i) Risco com taxas de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia possui política de hedge que monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas no caso da necessidade de contratação para novas operações.

Table with 4 columns: Description, Nota, Menos de um ano, Entre dois e cinco anos. Rows include Em 31 de dezembro de 2019, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, etc.

22. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

Diretoria

Ricardo Oliveira Selmi
Diretor Presidente

Ricardo Caveanha Bizogatto
Diretor Financeiro

João Antonio Denadea
CRC 1SP205278/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

Table with 3 columns: Description, 2020, 2019. Rows include Total dos empréstimos, Menos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, Dívida líquida, etc.

23. Instrumentos financeiros por categoria

Table with 3 columns: Description, 2020, 2019. Rows include Ativos Financeiros, Contas a receber de clientes, Depósitos judiciais, Caixa e equivalentes de caixa, etc.

Table with 3 columns: Description, 2020, 2019. Rows include Fornecedores, Empréstimos e financiamentos.

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e a orientação de consultores de seguros.

24. Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:
Ramo
140.000
Danos elétricos 500
Equipamentos eletrônicos - sem roubo 300
Equipamentos estacionários - sem roubo 8.000
Equipamentos móveis com roubo 300
Roubo ou furto 50
Equipamentos portáteis território mundial 10
Lucros cessantes 45.750
Responsabilidade civil 1.000
Casos fortuitos (vendaval, furacão, ciclone, tornado etc.) 50.000
O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

Campinas, 23 de março de 2021

EY logo with 'Building a better working world' slogan. Text: ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC 2SP034519/O-6 Luís Alexandre Marini Contador - CRC-1SP182975/O-6

continuação

1.177.016 ações ordinárias nominativas, totalmente subscrito e integralizado, sem valor nominal, distribuídas como segue:

Table with 2 columns: Company Name, Acções. Rows include Paradelá Participações S.A., Selpar Participações S.A., Ricardo de Oliveira Selmi, etc.

b) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio: O Estatuto Social assegura aos acionistas o direito a dividendo mínimo de 5% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. A Administração da Companhia aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$8.891 (R\$7.516 em 2019).

Table with 3 columns: Description, 2020, 2019. Rows include Lucro líquido do exercício, Realização do custo atribuído, Constituição de reserva legal, etc.

Porcentagem dos dividendos sobre o lucro líquido do exercício 45,45% 36,02%

c) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. d) Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da reserva de lucros remanescentes é de R\$21.364. A Administração da Companhia propôs em Assembleia Geral Ordinária a destinação da reserva de lucros remanescentes na forma de dividendos adicionais para compensação com os mútuos ativos (Nota 7), sem que ocorra o desembolso de caixa em relação a essa destinação. e) Reserva de incentivos fiscais: A reserva de incentivos fiscais refere-se aos benefícios advindos pela subvenção para investimento, conforme Lei Complementar 160/17.

18. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Table with 3 columns: Description, 2020, 2019. Rows include Receita bruta de venda e revenda de produtos, Deduções de vendas (impostos, devoluções e descontos), Receita líquida.

19. Despesas por natureza

Table with 3 columns: Description, 2020, 2019. Rows include Matéria-prima aplicada, Custo de revenda, Gastos gerais de fabricação, Salários e ordenados, Depreciação, etc.